

IV

A RUPTURA COM A HEGEMONIA CONSERVADORA E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL CRÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Diego Tabosa da Silva

1. Introdução

Demarcar o processo histórico de construção do projeto ético político crítico do Serviço Social não é uma tarefa simples. Dada toda a complexidade que envolve a formação sócio-histórica brasileira e o reconhecimento do Serviço Social inserido nesse processo, neste texto precisamos fazer algumas escolhas quanto aos caminhos de abordagem, e essas escolhas pressupõem desistir de aprofundar um ou outro ponto.

De partida, apresentamos nossa compreensão acerca do Serviço Social, uma profissão inserida na divisão sexual, racial e sociotécnica do trabalho, e, portanto, constitutiva da dinâmica do processo da especialização do trabalho, datada historicamente e que responde às demandas e aos estímulos de cada época. Isso nos ajuda a compreender as mudanças vivenciadas pela profissão a partir da segunda metade da década de 1960, uma guinada à esquerda, que, entre tensões e continuidades, foi tecendo um caminho de ruptura com a trajetória conservadora e cariz tradicional que são tão marcantes na profissão. Não à toa, Netto (2015) vincula o período autocrático burguês (Pós-64) ao estágio de maior desenvolvimento da profissão desde sua emergência. Para a construção de nossas reflexões, este período muito interessa, dadas as condições novas que ele impõe, que, como afirma o autor, “ferem o Serviço Social, não exclusiva, mas especialmente, em dois níveis, imbricados, porém diferenciados por

especificidades: o da sua prática e o da sua formação profissional” (p. 157).

Conforme aponta Guerra (2023, p. 44), “toda profissão só existe em razão das respostas que dá à realidade no sentido de alterar e modificar situações que se configuram na materialidade da vida”. Assim, percebemos, desde os primeiros momentos do Serviço Social no Brasil, disputas no que tange ao perfil de profissão, ou seja, às respostas dadas às crescentes manifestações da “questão social” e às ameaças ao projeto burguês e católico de sociedade. No início da trajetória profissional, uma aproximação ideológica “à defesa do projeto social vigente, construindo assim, um projeto profissional conservador estreitamente vinculado aos interesses sociais da burguesia e da Igreja Católica” (Cardoso, 2013, p. 115) é o que está posto no cenário.

Sabemos que a tarefa de ruptura e superação com o conservadorismo profissional ainda está inconclusa e, por isso, percebemos que estamos diante, na atualidade, de investidas conservadoras no interior da nossa profissão, que se dão de diferentes formas, entre elas, “o esvaziamento dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos que sustentam a formação e o trabalho profissional” (Cisne, Cantalice e Araújo, 2020, p. 317). Assim, é imperativo para nós o exercício de um resgate crítico do processo de construção e consolidação do projeto ético político profissional, tomando como horizonte a disputa pelo perfil profissional e, portanto, pela direção intelectual e política do Serviço Social no Brasil.

2. Processo histórico de construção do projeto ético-político crítico do Serviço Social brasileiro

O debate de ideias engloba conflitos e embates teóricos, ideológicos, ético-políticos e de método de análise e interpretação da realidade” (Abramides, 2019, p. 34)

Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica, sexual e racial do trabalho implica dizer que ela se realiza a partir das determinações sociais, políticas, econômicas e culturais que estão postas – e em disputa – em cada período sócio-histórico. Por isso, na trama da história da construção do projeto ético político, tomamos como ponto de partida os anos 60 do “breve século XX” (Hobsbawm, 1995).

Após alguns anos sob o governo de João Goulart (conhecido como Jango), a sociedade brasileira estava prestes a ebulir. Inflamada, seduzida e enganada pelos discursos e pelas propagandas anticomunistas, imperialistas e conservadores, uma parcela da população brasileira passava a se opor àquele que a mídia conclamou de “presidente populista”, qualidade que adquiriu por defender pautas como vinculadas à reforma agrária e à mobilização da classe trabalhadora, tanto no campo quanto cidade. É amplamente conhecida a criatividade do povo brasileiro, mas pouco falamos da falta de criatividade da “elite” do país, afinal, em diferentes momentos da história, podemos observar os mesmos discursos e as mesmas práticas.

Com vistas a criar as condições para interromper o processo institucional, foi gerada uma situação de desestabilização do governo de Jango, que consistia, por um lado, na estagnação econômica e, por outro, na promoção de manifestações, especialmente de classe média, de protesto contra o governo. Organizações como a Sociedade Rural Brasileira começaram a armar milícias, enquanto surgiram formações similares nas cidades, como o Grupo Ação Patriótica, as Milícias Anticomunistas e a Patrulha Auxiliar Brasileira. Entidades aparentemente de pesquisa – como o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – canalizavam recursos externos para impulsionar aquelas manifestações e promover, na grande imprensa – toda ela alinhada a favor do golpe –, propaganda do movimento que se preparava (Sader, 1990, p. 15).

Netto (2014, p.40) informa que “os indicadores econômicos da entrada dos anos 1960 atestam inequivocamente um quadro de crise”. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro despensa de 10,3%, em 1961,

para 1,5% apenas dois anos depois, além disso a inflação, nesse mesmo período, subia de 37 para 81% (Sader, 1990; Netto, 2014), não é nova essa “cultura da crise”.

Acompanhando o movimento da história, afinal a profissão está inserida nela, o Serviço Social será marcado por muitos acontecimentos e passará por profundas transformações. Logo no início dos anos 1960, temos a realização do II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, a publicação do Decreto-Lei nº 994, regulamentando a norma que tratava do exercício da profissão no Brasil, a proposição de um novo currículo, a realização da XI Conferência Internacional de Serviço Social em Teresópolis e do VI Congresso Nacional de Estudantes de Serviço Social¹. É também nesta quadra histórica que conseguimos situar os elementos determinantes para um redirecionamento ídeo-político da profissão, um processo que, pelos condicionantes políticos e sócio-históricos, só poderá ser “concluído” anos mais tarde.

A realização do II Congresso Brasileiro de Serviço Social demonstra um certo comprometimento da profissão com o projeto de Jânio Quadros, que propõe “um desenvolvimento harmônico e humano”, preocupando-se com o planejamento democrático e a integração nacional para alcançar a racionalidade, e entende que a saída da crise se dá por soluções moralizantes, de justiça social e de solidariedade. Esta relação entre a profissão e o governo está presente na Saudação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) na 1ª sessão plenário do Congresso de 1961: “Vemos hoje que os poderosos, por muitos anos surdos a problemas sentidos por

¹ Evento foi realizado em Fortaleza – CE, no ano de 1962. De acordo com a Sá (1995), o congresso teve a participação de 84 estudantes (15) de estados brasileiros, e pode ser considerado um marco histórico na formação profissional, pois apresentava temas bastante relevantes para época. Sob uma perspectiva contestatória, discutia-se a relação pedagógica professor-estudante, o papel da mulher na universidade, o imperialismo e a necessidade de reformas radicais. No congresso seguinte, em Porto Alegre – RS, a ABESS manifesta interesse em dialogar a se aproximar do Movimento Estudantil, e surge o convite para que estudantes façam “parte de todas as comissões de trabalho, passando, a partir de então, a ter uma representação e uma participação mais efetiva” (Sá, 1995, p. 232)

Assistentes Sociais, voltam-se atentos para sua solução” (Iamamoto e Carvalho, 2008, p. 351).

Nesse movimento da história, que é dinâmico e contraditório, mesmo diante de um golpe militar que conduz o país por quase duas décadas a governo ditatorial (sob forte aliança empresarial-militar), é possível dizer que tanto o processo de politização da sociedade civil, aprofundado no governo de “Jango” (1961-1963), quanto a emergência de uma esquerda católica são elementos da sociedade brasileira capazes de fermentar movimentos de contestação no interior da categoria profissional. Alia-se a isso a ampliação das escolas de formação, que possibilitou a constituição e organização do movimento de estudantes de Serviço Social, tendo, a partir da inserção no ambiente universitário, um maior diálogo e interlocução com as Ciências Sociais, com destaque às influências de seus setores mais críticos (Pereira, 2008; Netto, 2015).

Há, portanto, uma relação inegável entre as alterações político-econômicas impostas no Brasil pelo golpe de abril de 1964 e as intensas mudanças sofridas pelo Serviço Social no país, ou, em outros termos, o processo de renovação profissional. Assim, o redimensionamento – ampliação – do mercado de trabalho de assistentes sociais em uma estrutura institucional mais complexa e burocratizada, ainda que não retire das profissionais a função de execução de políticas sociais setoriais, amplia a capacidade de atuação e relação profissional com seus contratantes, com as instâncias de financiamento e com outros profissionais e usuários. “A tecnocratização das políticas sociais exigia, como já apontado, a constituição de um amplo leque de agentes formuladores, gestores e executores, os tecnoburocratas” (Pereira, 2008, 123), e, entre estes agentes, encontramos profissionais do Serviço Social.

Rotinas, fluxos, processos e normas passam a fazer, cada vez mais, parte do trabalho profissional de Assistentes Sociais, e estes permitiam “de uma parte, o seu controle e a sua verificação segundo critérios burocrático-administrativos das instâncias hierárquicas e, doutra a sua intersecção com outros profissionais” (Netto, 2015, p. 163). Assim, emergem as condições para um novo perfil profissional,

um que seja mais “moderno”, sem, portanto, perder seus vínculos conservadores, e que tenha aqueles traços mais tradicionais transformados em procedimentos pautados na técnica e na racionalidade. A disputa pelo perfil profissional se acentua e, com isso, coloca na ordem do dia a necessidade de construção de um projeto ético-político que oriente o trabalho e a formação profissional, seja para a condução deste fazer profissional, seja para propor outro, numa perspectiva crítica.

Estamos diante de uma profunda refuncionalização das agências de formação, que, em plano macroestrutural, se vincula à dinâmica da autocracia burguesa, tanto do ponto de vista econômico, com a intensa participação de capital privado no ensino superior, quanto do ideológico, com a busca pela eliminação de qualquer foco de resistência à ditadura. No que diz respeito ao Serviço Social, durante o período que recobre a vigência da autocracia burguesa (1964-1985), trinta e dois novos cursos de Serviço Social foram criados. Assim, em uma década, o número de estudantes praticamente quintuplica, saltando de 1.289 em 1960 para 6.352 no ano de 1971 (Pereira, 2008; Netto, 2015).

E, exatamente a expansão dos cursos de Serviço Social que irá promover algumas fissuras com *o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo*, traços que marcam a trajetória profissional. Reside nesta ruptura, que pode ser chamada, devido ao seu caráter de autonomização em relação à Igreja Católica de *laicização da formação*, o fator determinante para a renovação do Serviço Social brasileiro ou, nas palavras de Netto, a laicização “é um dos elementos caracterizadores da renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa” (2015, p. 169).

Abre-se uma quadra onde “vive-se o pluralismo profissional pela primeira vez no interior da profissão, rompendo com o ‘monolitismo ideal’ existente até então e organizando diferentes respostas à realidade social” (Cardoso, 2013, 134). Podemos afirmar que são tempos de novas disputas no interior da profissão, tempos de crise no – e não do Serviço Social, em que as agentes profissionais se

confrontam com possibilidades diferentes de intervenção profissional. São tempos de renovação.

A ampla produção acerca do processo de renovação do Serviço Social brasileiro indica que ele se desenvolveu entre os anos 1960 e 1980 em três direções, e que, em determinados momentos, cada uma dessas direções obteve maior destaque, seja na elaboração, no debate ou na difusão, sem, portanto, significar a superação e inexistência das demais. De meados ao final dos anos de 1960, é o “momento” da direção que representa uma *perspectiva modernizadora*, impulsionada teoricamente pela ação do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), através da realização dos Seminários de Teorização. Em meados de 1970, *reatualização do conservadorismo* ganha destaque, que também é atravessada pelas ações do CBCISS, ao passo que inicia diálogo com as produções e reflexões oriundas dos recém-criados programas de pós-graduação. Por fim, na virada da década de 1970, há o protagonismo da perspectiva que busca confrontar efetivamente a profissão com suas práticas tradicionais e conservadoras buscando delas se distanciar ao máximo. Essa direção ficou conhecido como *Intenção de Ruptura*, e tem na organização política da categoria um grande esteio.

No Brasil, a renovação do Serviço Social está, portanto, marcada pelas transformações sociais, políticas e econômicas mais gerais da sociedade. Ela tem na laicização da formação uma chave importante de construção, pois é a partir dela que se admite o pluralismo no interior da categoria, que inclusive justifica as diversas direções que este processo toma.

Apesar deste novo cenário social que impunha novas demandas à profissão, o movimento de transformações ocorrida no interior da categoria até final dos anos de 1970 não demonstrou uma radical fissura com o conservadorismo, tanto pelas condições próprias do período ditatorial - que tinha como uma de suas características o autoritarismo e controle ideológico – quanto pela cultura profissional até aquele momento – praticamente 40 anos. Ainda assim, o período assinalado abre espaço para o desenvolvimento multiforme da profissão, diante

de iniciativas que se confrontam com a realidade vivenciada pela sociedade – com destaque para o debate sobre o continente latino-americano. Como diz Aguiar,

A partir de 1960, vemos a presença de assistentes sociais que continuam dentro de visão acrítica que sempre tiveram. Outros são partidários de reformas, de mudanças equilibradas dos problemas da sociedade. Assumem uma postura reformista, não colocam em xeque a ordem social estabelecida. [...] Tivemos no período de 1960 a 1964 uma outra experiência de Serviço Social. A experiência de um pequeno grupo de assistentes sociais que partem de uma análise crítica da sociedade, percebendo as contradições e a necessidade de mudanças radicais. E gradativamente assumem um compromisso com as mudanças estruturais, colocando-se a serviço do povo (Aguiar, 2011, p. 139-140).

É no movimento de contestação ao tradicionalismo profissional e ao conservadorismo que encontramos as bases que sustentam a construção de um novo projeto profissional. Isso pois, as condições impostas pelo regime que emerge nesse período produzem circunstâncias para a renovação profissional e situações com as quais a profissão precisa se confrontar no trabalho profissional, exigindo da categoria posicionamento, principalmente sobre a agudização das expressões da “questão social” e quem está radicalmente envolvido com sua produção.

3. “Os ventos do norte não movem moinho”: para romper é fundamental uma crítica radical

Os caminhos que levam o Serviço Social brasileiro à intenção de ruptura são pavimentados alguns anos antes no território de luta da América Latina. Mesmo compondo “uma realidade única e múltipla em sua trajetória sócio-histórica” e “portadora de uma heterogeneidade irreduzível”, essa ruptura expressa, nos países que a compõe, traços da “economia colonial sustentada na exploração predatória”, por meio de ações usurpadoras e violentas, que deixam marcas comuns de

dependência e expropriação, mas também resistência e luta anti-imperialista (Bentura, Corella e Yazbek, 2022).

É no cenário latino-americano, somado a “alguns terremotos econômico-sociais, políticos e ideoculturais” mais globais, como escreve Netto (2015), que encontramos as bases para o questionamento das práticas tradicionais do Serviço Social. É sobre o solo latino-americano que vemos germinar o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social. Faleiros (1987 *apud* Netto, 2015) nos informa que “a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (p. 191). O I Seminário Regional Latino-americano de Serviço Social² (Porto Alegre, 1965) pode ser tomado como o ponto de partida deste movimento reconceitualizador, uma vez que se dedicou a pensar a profissão diante das mudanças sociais pelas quais passava a América Latina.

Se foi a partir do Seminário de Porto Alegre que se deflagrou o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina, alguns outros eventos podem ser anotados como seus marcos constitutivos. Entre eles, destacam-se a “criação da Revista ‘Hoy en el Servicio Social’ pelo grupo da Escola de Serviço Social da República do Uruguai e constituição do Grupo argentino ECRO”³ e a fundação da Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social – ALAETS, que, alguns anos tarde, daria origem ao Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS). (Machado, Closs e Zacarias, 2019).

² O esforço reconceitualizador radicado entre a categoria levou, entre 11 e 13 de novembro de 1965, as escolas de Serviço Social latino-americanas a realizarem o I Seminário de Escolas de Serviço Social da América Latina, em Lima, no Peru, com o intuito de problematizar a **formação profissional em termos regionais** e, de modo específico, alinhar a profissão ao cenário que se apresentava, tanto político-econômico-social quanto profissional, considerando que algumas escolas estavam em caráter germinativo (Goin, 2019, 91, grifos nossos).

³ Esquema Conceptual Referencial e Operativo, criado pelo psiquiatra Enrique Riviére, Cf. Goin, 2019, p. 91.

É no bojo de uma maior organização profissional no âmbito latino-americano, “uma interação que se apoiava no explícito reconhecimento da urgência de fundar uma unidade profissional que correspondesse às problemáticas comuns da América Latina” (Netto, 2015, p. 195) e sob um contexto de aguda agitação social que se impulsiona e alimenta a crítica no interior do Serviço Social.

Mesmo com suas importantes propostas, o Movimento de Reconceituação não conseguiu se desenvolver larga e amplamente, se exaurindo após uma década de seu marco, o Seminário de 1965. Esse exaurimento está relacionado com o caráter significativamente contestatório e crítico ao capital (o núcleo deste movimento), que o levou o Movimento a ser duramente golpeado “pela supressão dos espaços políticos democráticos” (Netto, 2015, p. 193), que se dá pela imposição das “ditaduras cívico-militares dos anos de 1960 e 1970” nos países da América Latina (Silva, 2019, p. 110).

Umas das características principais do Movimento de Reconceituação reside no estabelecimento de uma relação do Serviço Social com a tradição marxista.

[...] a contribuição do marxismo foi fundamental para os avanços do Serviço Social como profissão e área de conhecimento no continente, ainda que em uma apropriação lenta. Começa a ser aprofundado mais sistematicamente, a partir das publicações do CELATS, em particular a Revista Acción Crítica, com larga distribuição entre os profissionais de Serviço Social no continente; mas também a partir da academia, as universidades, e no Brasil em particular, com os cursos de pós-graduação. Seu legado é profundo na formação da consciência crítica e de uma nova cultura dos (as) assistentes sociais, na América Latina (Lopes, 2016, p. 241).

É na relação de afirmação e contestação do pensamento de raiz marxiana que encontramos umas das principais disputas na construção do projeto profissional no Brasil pós-64. Os principais anúncios do Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-americano, a saber a) o aporte ao pensamento de raiz marxiana e b) o interesse em romper com a estrutura capitalista, vão reverberar na então

Universidade Católica de Minas Gerais – UCMG⁴, onde encontramos o projeto da Escola de Serviço Social, que “emergiu como um núcleo de *oposição e contestação* com dimensões políticas, ideológicas e profissionais no país, na contextualidade de vigência da ditadura empresarial-militar (1964-1985)” (Batistoni, 2021. p. 72).

Temos, portanto, na formulação de um novo currículo profissional, a partir da experiência de Belo Horizonte, um marco importante na trajetória de tentativa de ruptura com o conservadorismo no interior do Serviço Social brasileiro. Para Netto (2015), a intenção de ruptura pode ser analisada sob três momentos: “sua emergência, sua consolidação acadêmica e por fim, seu espriamento sobre a categoria profissional”⁵.

Acontecimentos espontâneos e acidentais só parecem possíveis se analisados sob uma perspectiva a-histórica, logo “não é acidental a emergência do projeto de ruptura em Belo Horizonte” (Netto, 2015, p. 333). Este projeto surge em um cenário que expressa a concentração das elites reacionárias que estiveram empenhadas na articulação do Golpe de Abril de 1964, e, também, expressa a mobilização popular, sindical⁶ e a forte participação da juventude universitária, com cariz não

⁴ A Universidade Católica de Minas Gerais foi criada no ano de 1958 através do Decreto nº 45.046, assinado pelo então presidente, o mineiro Juscelino Kubitschek e pelo Ministro da Educação Clóvis Salgado. No ano de 1983, a Universidade recebe o título de Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas.

⁵ Os tempos atuais, de contestação/defesa desse projeto, pode caracterizar um novo momento no interior desta tendência? Acreditamos que a intenção de ruptura se encontra amplamente difundida no Serviço Social, espalhou-se, mas isso não a coloca em situação confortável e cristalizada, ao contrário, a coloca em constante reflexão e sob enfrentamentos das mais diversas ordens. A quarta fase da intenção de ruptura não é nem de perto “um mar de almirante”, está mais para uma grande “tempestade” (Busca de legitimidade/ enraizamento / consolidação / ou esfarinhar, a teoria precisa se apossar das massas, Marx).

⁶ A critério ilustrativo cabe informar que é no fértil e contraditório terreno de Minas Gerais que temos o registro da primeira greve após a deflagração do golpe de 1964. Trata-se da greve operária de Contagem, que se confronta tanto com a ditadura, que cerceava a liberdade e a autonomia sindical, quanto com a política econômica fundada na superexploração do trabalho, que, reivindicando aumento salarial acima dos índices oficiais, surpreenderam o governo militar, que foi obrigado a ceder. O movimento grevista contou com o apoio e com a solidariedade de estudantes,

apenas democrática, mas especialmente com perspectivas revolucionárias e socialistas (Batistoni, 2019; 2021; Netto, 2015). O “Método BH”, como ficou conhecido, de acordo com Paula (2019), foi “uma estratégia político-profissional elaborada por um grupo de assistentes sociais comprometido com a tentativa de rompimento com as bases tradicionais da profissão”, e isso não é pouco, principalmente quando o localizamos no contexto e condições sócio-históricas para a proposição dessa estratégia.

A maturação ídeo-política e teórico-metodológica para a elaboração da proposta curricular de BH tem raízes no intercâmbio promovido pelas docentes de Escola de Belo Horizonte, com personagens importantes do movimento de reconceitualização, a partir de suas participações nos Encontros e Seminários Regionais Latino-americanos⁷ de Serviço Social.

O “Método BH” tem na sua formulação a influência do pensamento do educador brasileiro Paulo Freire⁸, que, de acordo Batistoni (2019), não se trata de uma mera incorporação de suas ideias, “avançando para uma ação mais radical, no plano da apreensão societária” (p. 549). As ideias freirianas “acenam para um novo método de ação para os assistentes sociais latino-americanos” (Barbosa, 1997,

intelectuais, quadros da Igreja Católica, além da ação dos grupos de esquerda (Batistoni, 2019, p. 543).

⁷ Além do I, realizado em 1965 no Brasil – Porto Alegre, temos o II, em 1966 no Uruguai – Montevideo; o III, em 1967 na Argentina – General Rocca; o IV, em 1969 no Chile – Concepción -, o V, no ano seguinte, na Bolívia – Cochabamba; o VI, em 1972, na mesma sede do primeiro e o VII, no ano de 1976, no Peru – Lima. (Netto, 2015; Batistoni, 2019; Goin, 2019; Iamamoto e Santos, 2021). Goin (2019) apresenta, em sua obra, um interessante quadro esquemático com as principais características destes seminários. Nele a autora indica também os responsáveis pela coordenação de cada evento bem como uma síntese dos temas, eixos e principais debates e encaminhamento.

⁸ No início do período autocrático burguês, em 1964, Paulo Freire foi acusado de subversivo e preso. Após 72 dias de prisão, exilou-se no Chile, onde permaneceu por meia década e, após pelos passar Estados Unidos e pela Suíça, ele retorna ao Brasil em 1980. No país andino, escreve, em 1968 uma de suas obras mais conhecidas, “Pedagogia do Oprimido” e lá teve contato com Assistentes Sociais, que viviam sob os auspícios de um momento histórico favorável que permitia novas perspectivas de ação, com as quais Freire contribuiu significativamente.

p. 39). Essa influência tão marcante no Serviço Social latino-americano pode ser explicada pelo fato de Freire, em sua trajetória, i) atribuir importância e relevância ao social em um momento de questionamento da categoria sobre a validade de suas ações; ii) possuir experiência político-pedagógica, adquirida no nordeste brasileiro, através do processo de conscientização; e iii) sintetizar e conjugar o pensamento cristão com uma proposta de libertação e superação da dominação e opressão, indicando uma possibilidade de prática profissional crítica.

Se por um lado as produções teóricas de Freire e de autoras latino-americanas reconceituadoras apontam com nitidez as principais questões propostas pelo projeto da Escola mineira, a saber a) o compromisso com as classes trabalhadoras, b) a assessoria técnica e política aos trabalhadores, c) o desenvolvimento dos processos de conscientização, organização e capacitação (Barbosa, 1997), por outro, encontramos alguns limites da influência freiriana na experiência de BH. Conforme aponto por Batistoni (2019; 2021): a) a noção de que o objeto de intervenção do Serviço Social é a classe oprimida, sem apontar, diretamente, a relação de exploração própria do modo de produção capitalista; b) ao ter como meta a transformação da sociedade e do homem, por meio da “conscientização, capacitação e organização”, o *Método* acaba por atualizar uma perspectiva messiânica marcante na profissão.

Esta estratégia, apesar de extremamente relevante para o desenvolvimento do Serviço Social Brasileiro, por todos os elementos já apresentados, merece bastante atenção “as limitações do viés da tradição marxista que ela incorpora” (Netto, 2015, p. 364). Desta forma, “a natureza de aproximação incipiente na tradição marxista impregna a proposta da Escola de Serviço Social da UCMG de um lastro eclético” (Batistoni, 2019, p. 554), muitas vezes sem reflexões sobre os textos originais,

O ‘marxismo sem Marx’ que enforma a reflexão belo-horizontina, precisamente à falta de uma sustentação ontológico-dialética e na escala em que devia conectar teoria e intervenção prático-profissional, vai na direção da conjunção do fatalismo mecanicista com o

voluntarismo idealista – numa ‘síntese’ que, como Lukács o demonstrou há muito, é típica do *marxismo vulgar*, necessariamente eclético (Netto, 2015, p. 365).

Apesar disso, devemos valorizar a importância teórico e ideológica dessa aproximação com o Marxismo, pois, como destaca Netto (2015), ela se deu em condições nada favoráveis: forte repressão do período autocrático burguês, uma quadra histórica que por sua truculência e perseguição, controle e censura generalizada, que ficou conhecida como “anos de chumbo” (Netto, 2015; 2014).

A experiência da Escola de Belo Horizonte, impactada por questões institucionais com as quais se deparava a ESS-UCMG, entre elas os tensionamentos e ponderações feitas por estudantes através do Diretório Acadêmico (DA), foi interrompida em 1975, durante o Regime Ditatorial, com a demissão de suas formuladoras e gestoras. E, mesmo diante desse breve período de implantação – 1972 a 1975 –, o legado da reconceituação irá reverberar no desenvolvimento da profissão no Brasil, particularmente na consolidação acadêmica e no espraiamento para o conjunto da categoria profissional do que ficou conhecido como a perspectiva de intenção de ruptura.

A crítica radical, fruto de pensamento Marxiano, é essencial para qualquer proposta que proponha uma ruptura com o pensamento hegemônico conservador. Para Yazbek (2018, p. 66), “como matriz teórico-metodológica, essa teoria apreende o ser social a partir de determinações e mediações. Ou seja, parte da suposição de que a natureza relacional do ser social não é percebida em sua imediatez”, por isso, é a partir da aproximação com a tradição marxista que, no interior do Serviço Social, se demarca “a noção de que a intervenção profissional não está solta e dissociada da realidade social” (Cardoso, 2016, p. 445); se “remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes” e ainda faz com haja um questionamento à “sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos sociais” (Yazbek, 2009, p. 149-150).

4. O projeto ético-político crítico do Serviço Social brasileiro e a crítica ao conservadorismo: a virada continua

Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso desorganizar
(Da lama ao caos, música de Chico Science).

No final na década de 1970, já é possível identificar grupos divergentes no interior da categoria profissional, fruto das transformações na formação e no trabalho pelas quais o Serviço Social passa desde meados da década anterior. Em 1979, flagramos uma importante articulação profissional na reflexão e construção crítica do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, que, de acordo com Iamamoto (2019, p. 441), “foi a primeira e tardia manifestação massiva da categoria dos assistentes sociais contra a ditadura-empresarial e o poder de classe que a sustentou”. Sobre esse histórico evento, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”, a autora afirma ainda que se trata de um

[...] marco simbólico na recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social Brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica, ao associar-se aos interesses e necessidades dos trabalhadores em luta pela democracia. Contestam-se propostas exógenas à realidade latino-americana e anuncia-se a **‘virada’** dos compromissos políticos com as classes dominantes e o poder político, que presidiram a institucionalização e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil (ibidem).

A disputa de hegemonia no interior da categoria de assistentes sociais pode ser observada na organização do III CBAS, já que o congresso fora organizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – CRAS (entidades representativas da categoria, que ainda guardavam um certo alinhamento com os interesses do estado autocrático burguês e

mantinham um perfil conservador) e sob forte influência da direção renovadora que apontava para uma perspectiva modernizadora. A sua organização “evidencia um caráter nitidamente conservador e autoritário, na medida em que as Direções do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), [...] e sua projeção regional em São Paulo (CRAS), [...] tomaram decisões sem nenhuma consulta à categoria” (Abramides e Cabral, 2019, p. 42). Para Cardoso (2013), o trato dado à temática central do congresso, Serviço Social e Política Social⁹, e as mesas que abriam e encerravam o evento são expressões do posicionamento destas entidades.

O cenário no qual o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979 se deu com disputas de todas as ordens, tendo um grupo teórica e politicamente mais maduro, instigando o deslocamento do Serviço Social para um campo crítico, em confronto direto com frações tradicionais e conservadoras da profissão que detinham amparo institucional e político de um regime militar enfraquecido, mas ainda em voga.

Não podemos [...] pensar a virada no III CBAS, como uma somatória de ações de lideranças, em um movimento espontâneo. O “Congresso da Virada” foi fruto de uma **organização articulada com uma direção política**. Chegamos para o III Congresso com o Manifesto das entidades sindicais, sob a direção da CENEAS, e também nos dividimos para uma intervenção nos grupos (Abramides, 2012, p. 55, grifos nossos).

Esta organização e articulação alcança êxito, tendo como horizonte o rompimento com o tradicionalismo profissional, “durante o evento, os assistentes sociais subvertem sua organização instituindo

⁹ Vale dizer que o tema do III CBAS já vinha sendo acumulado no âmbito da América Latina e Caribe, a partir dos seminários organizados pela Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social – ALAETS, com o aporte do Centro Latinoamericano de Trabajo Social – CELATS. De acordo com Iamamoto (2019, p. 448), o debate sobre política social e Serviço Social fora inaugurado no VIII Seminário Latinoamericano da Associação, realizado em 1977, e teve continuidade nos dois seminários seguintes, que contribuiu “para o reconhecimento da dimensão política do trabalho do assistente social.

assembleias, debates, deliberações, colocando em foco o papel do Serviço Social diante da realidade da autocracia burguesa” (Cardoso, 2010, p. 185). É nesse movimento que se “organizam assembleias diárias, com ampla participação da categoria, que alteram o rumo do congresso” (Abramides e Cabral, 2019, p. 42).

Sabemos que o “Congresso da Virada”, como um evento realizado em determinado período, não é, sozinho, capaz de produzir todo o rearranjo e reordenamento profissional necessário. Entretanto, é importante demarcá-lo como o acontecimento que “inaugurou publicamente a direção social da profissão, no projeto de intenção de ruptura que ao longo desses 40 anos vem se consolidando em um processo de ruptura com o conservadorismo” (Abramides e Cabral, 2019, 44).

Essa “tomada da direção intelectual e política”, com vistas a essa ruptura, vai conduzir os debates do Serviço Social Brasileiro dos primeiros anos da década 1980. Expressão disto, é, por exemplo, a preocupação da ABESS em organizar “um processo de revisão curricular amplo, profundo e articulador das diferentes escolas de Serviço Social, que durou anos e culminou em um novo currículo mínimo em 1982” (Cardoso, 2016, p. 445).

Além disso, na esteira e em sintonia com o movimento de transição democrática, encontramos a “expressiva participação de segmentos profissionais e suas entidades na luta pela reconstrução da democracia no Brasil ao lado de várias outras organizações de caráter popular e sindical” (Ortiz, 2010, p. 177), ainda que este redirecionamento profissional não tenha se dado globalmente entre as agentes profissionais e, portanto, não eliminou as divergências políticas e teórico-metodológicas, ao contrário, as acirrou. O pluralismo profissional, avanço incontestado do processo de renovação iniciados no pós-64, se apresentava potentemente no final dos anos 1970.

Abramides e Cabral (2019), entretanto, informam que a democratização demorou a chegar nas entidades que se dedicavam ao trato do exercício profissional. As autoras lembram que, ainda nas eleições para direção do Conselho Federal de Assistentes Sociais, em

1987, o processo era feito de modo indireto, por meio de indicação das direções dos Conselhos Regionais; entretanto as sementes do “Congresso da Virada” germinaram com potência e “profissionais de esquerda da profissão iniciaram, de forma articulada, uma mobilização que culminou, na década de 1980 e princípio da de 1990, na renovação de seus dirigentes inscritos na vertente do processo de ruptura com o conservadorismo” (Abramides, 2016, p. 468). Tal fato se expressa numa reformulação do Código de Ética Profissional em 1986, que, em substituição ao Código em vigência desde 1975, irá – ainda que com limites – significar um grande avanço político afirmando um *ethos* de ruptura.

Não precisamos fazer um grande esforço para perceber que os valores que residem nos fundamentos do pensamento conservador se colocam em “rota de colisão” com os princípios que a categoria profissional elegeu como centrais na formulação do projeto ético-político crítico. Portanto, como informa Cardoso (2013, p. 181), esse projeto profissional em “sua dimensão teórico-metodológica será informado pelo pensamento marxista e sua dimensão ética por uma perspectiva emancipatória, rompendo com a ética tradicional do Serviço Social brasileiro”.

A partir da matriz teórica marxista, o Serviço Social passa a apreender a profissão no conjunto das relações sociais de produção, superando sua endogenia, traço característico do conservadorismo profissional. Também agrega uma dimensão política revelada pelo papel assumido pelas entidades representativas da categoria no fortalecimento da organização política dos(as) assistentes sociais, incluindo os docentes, articulando a produção de conhecimentos ao processo de formação, de intervenção profissional e militância política na profissão (Lewgoy e Souza, 2018, p. 181).

Na última década, assistimos a uma efervescência da disputa pelo perfil profissional, como não se via desde o período que marca o início do processo renovador – década de 1960. O cenário de crise capitalista, que nos coloca diante de uma aguda crise civilizatória, reconfigura o Estado e as políticas sociais, e complexifica e pluraliza as

expressões da “questão social”. Isso altera significativamente as configurações do trabalho profissional – das condições objetivas para a sua realização, passando pelas relações estabelecidas, pelos contratantes, até à maximização das demandas que chegam às profissionais de modos, cada vez mais, diversos e, em muitos casos, indevidamente¹⁰ direcionadas ao Serviço Social.

No âmbito do mercado de trabalho do Serviço Social ampliam-se os processos de subcontratação de serviços individuais de assistentes sociais (pejotização e uberização), por parte de empresas de serviços ou de assessoria, de organizações não governamentais, de (falsas) cooperativas de trabalhadores na prestação de serviços a governos, especialmente em âmbito local, configurando-se o exercício profissional privado autônomo, temporário, por projeto, por tarefa, decorrentes das novas formas de organização e operação das políticas sociais (Raichelis, 2018, p. 51).

Não parece exagero afirmar que os acontecimentos da última década no Brasil foram determinantes para a promoção de transformações que irão reverberar por muitos anos. Desde o desfecho do pleito eleitoral de 2014, o clima de instabilidade sociopolítica e econômica parecia se firmar; um cenário que já vinha sendo desenhado desde a primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores, que, devido à sua trajetória, possuía uma forte identificação com as camadas mais populares da população, com trabalhadores e com movimentos sociais e sindicais. Lula não impediu

¹⁰ De acordo com Horst, Araújo e Costa (2023, p. 3), “Requisições indevidas fazem parte do cotidiano profissional de assistentes sociais e comparecem no dia a dia por meio de atividades, práticas e serviços que não se relacionam com as normativas da profissão e tampouco com as finalidades do espaço sócio-ocupacional que aquela/e profissional ocupa”. A produção sobre a temática tem se avolumado e nos fornecendo importantes subsídios das análises. Destacam-se, por exemplo, os vários trabalhos apresentados pelos Conselhos Regionais de Serviço Social, em especial a mesa Coordenada do ENPESS no Rio de Janeiro no ano de 2022, a sessão especial sobre o tema no 9º Encontro Internacional de Política Social – EINPS e o 16º Encontro Internacional de Política Social – ENPS, realizado em 2023, na cidade de Vitória-ES. Esta produção pode ser conferida nos anais dos eventos citados.

que a burguesia e os setores mais conservadores do país mobilizassem forças e criassem alianças para constituir uma ampla frente, capaz de disputar as eleições em 2014 com condições de impedir um segundo mandato de Roussef.

Lula da Silva, ao tentar conciliar a condução político-econômica do Brasil a partir do enfrentamento da ‘questão social’ por meio das políticas sociais neoliberais (com cores tupiniquins), abriu caminho para o aprofundamento da pobreza (ainda que com diminuição da miséria) e – mais grave – para o golpe que, em 2016, foi desfraldado pelos representantes da direita mais reacionária, conservadora e corrupta que tomou conta de nosso país (Leite, 2018, p. 25).

Para a direita brasileira, a vitória nas urnas não veio; entretanto “o propósito de recolocar as rédeas do Estado brasileiro nas mãos do grande capital internacional e nativo” (Santos, 2019, p. 488) é alcançado através de um “golpe forjado por uma farsa parlamentar-judicial” (Braz, 2017, p. 88).

Faz sentido, então, dentro dessa análise, a afirmação feita por Iasi (2017, p. 380), de que “o conservadorismo sempre esteve por aqui, forte e persistente”, afinal ele é expressão da luta de classes; ele “manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa” (ibidem). Se esse conservadorismo estava levemente adormecido, após o governo – ilegítimo – de Michel Temer, ele despertará com toda força, personificado no candidato que só saiu vitorioso das eleições presidenciais de 2018, porque se beneficiou da ambiência antipetista e da ausência de outros nomes da direita capazes de disputar o pleito nacional. A partir de 01 de janeiro de 2019, temos o início do “Governo Bolsonaro” no qual, sem pudores ou constrangimentos,

A agenda ultraneoliberal ‘mostrou sua cara’, primeiramente anunciando algumas das medidas que configuraram o projeto do ‘Brasil, paraíso do agronegócio e da exploração de minérios’, às custas da desregulamentação e do desmonte de mecanismos de proteção e demarcação de terras indígenas e quilombolas, por exemplo. Mas não

restam dúvidas de que o principal movimento do núcleo econômico é a centralidade recém-assumida da contrarreforma da Previdência nas tarefas da agenda governamental, colocando para andar o projeto do ‘Brasil, paraíso do capital fictício e da superexploração do trabalho sem direitos (Santos, 2019, p. 490).

Portanto, o fundamento da reação conservadora, com a qual nos confrontaremos no Brasil no último decênio, reside na necessidade de acelerar as condições para a acumulação do capital se realizar. Não é fácil o cenário que se apresenta para a sociedade brasileira pós-golpe de 2016. Aliás, são tantos os golpes sofridos pela democracia e sociedade brasileiras que precisamos, para evitar confusões, identificá-los. Temos “uma elite burguesa preconceituosa e intolerante; uma esquerda acuada e desorganizada; e uma massa de pessoas que se preocupam sazonalmente com a política, conforme acontecem os processos eleitorais ou os escândalos midiáticos” (Paula, 2020, p. 245).

Atravessando todo esse processo, tivemos que lidar com uma pandemia que durou aproximadamente dois anos, vitimou quase 7 (sete) milhões de pessoas em todo o mundo e escancarou projetos societários e interesses de classes. Nesse cenário, o conservadorismo moral no interior da categoria ganhou eco e força, arrastado pelo discurso governamental. Mas, como Braz nos alentava em 2017, “as conjunturas mudam, às vezes muito rapidamente, mesmo que a situação política geral permaneça inalterada em seus determinantes principais”, e vale sempre lembrar que “a história de todas as sociedades até agora tem sido história das lutas de classes” (Marx e Engels, 2008, p. 8). E isso envolve luta e resistência; envolve o reconhecimento de que estamos em um momento de disputa de perfil profissional, e que essa disputa se dá em todos os espaços de trabalho e formação profissional de assistentes sociais. Nesse processo, o rebaixamento da qualidade do ensino no âmbito do Serviço Social e a precarização do trabalho profissional dialogam com as demandas por profissionais funcionais ao estado penal e assistencial. Desse modo, no sentido de uma proposta de construção de uma nova ordem societária,

precisamos contra-atacar, nos apropriando do projeto ético-político profissional e defendendo-o efetivamente.

5. Considerações finais

Em seus quase noventa anos, o Serviço Social brasileiro tem sua trajetória histórica cravejada por conservadorismo e tradicionalismo. Apenas a partir dos anos 1960, é que a profissão vai encontrar com uma perspectiva crítica, assumindo uma direção social de forma hegemônica somente a partir de 1979. Esse traço conservador, presente desde a gênese e com o qual intentamos romper até os tempos atuais, ronda “fantasmagoricamente” nossa profissão, e adentra por qualquer fresta possível no trabalho e na formação profissionais.

Estamos diante, portanto, de uma inflexão importante no interior da categoria profissional, que nos apresenta sem qualquer desvio uma forte disputa de hegemonia na categoria profissional e por isso, uma disputa de perfil profissional. Ou seja, na atualidade, temos a projeção de dois perfis profissionais: aquele formado sob um projeto “cujo compromisso é com a perspectiva crítica e o projeto ético-político”, e outro formado a partir de orientações que estão voltadas “exclusivamente, para o mercado de trabalho, muitas vezes baseadas na ideologia neoliberal do empreendedorismo, do voluntariado, da subjetividade e da culpabilização dos indivíduos pelo seu sucesso ou fracasso profissional” (Cunha e Nunes, 2020, p. 329). Nesse sentido, atender ao chamado do mercado por esse perfil profissional adaptável e sobrevivente, ou seja, camaleônico, sem reflexões e mediações pertinentes, é assumir a retomada de um projeto profissional que renuncia às lutas e conquistas que foram coletivamente acumuladas ao longo de toda a trajetória profissional. É abdicar de todo o legado teórico, ético e político que, com muita dificuldade e resistência, o Serviço Social brasileiro construiu ao longo do tempo, principalmente das últimas cinco décadas.

É por tudo isso que aqui expusemos que defendemos a necessidade de revisitarmos constantemente todo o processo histórico de construção do projeto ético político do Serviço Social, além de estarmos vigilantes para adensarmos a apreensão de sua lógica constitutiva e reforçarmos o compromisso com os princípios que o orientam.

No ano em que o Serviço Social brasileiro registra nove décadas de existência, é imperativo que nos aprofundemos numa leitura desta profissão sob uma perspectiva de totalidade. Esta pode ser uma tarefa estratégica para nos abastecer de potência crítica e resistência em defesa do projeto ético-político profissional. Diante deste cenário tão desafiador e repleto de “armadilhas e fantasmas”, seguimos em defesa da direção social crítica do Serviço Social.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz; Depoimento. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2012.

ABRAMIDES, Maria Beatriz. **O projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, Maria Beatriz; CABRAL, Maria do Socorro Reis. 40 anos do “Congresso da Virada”. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019.

AGUIAR, Antônio Geraldo. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARBOSA, Maria Margarida. **Serviço Social, Utopia e Realidade: uma visão da história**. Cadernos de Serviço Social – Belo Horizonte, v.2, n.2, out/1997.

BATISTONI, Maria Rosângela. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte – 1960-1975: uma reconstrução histórica. **Revista Serviço Social& Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 538-558, set/dez. 2019

BATISTONI, Maria Rosângela. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos (Orgs.) **A história pelo avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

BENTURA, José Pablo; CORELLA, Freddy Giovanni Esquivel; YAZBEK, Maria Carmelita. América latina, dependência e desigualdade em tempos de pandemia. In: SILVA, José Fernando Siqueira da (Org.) **Serviço Social, fundamentos e tendências teóricas: contribuições latino-americano**. São Paulo: Cortez, 2022. p. 27-56.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

CARDOSO, Franci Gomes. O Serviço Social como totalidade histórica em movimento no Brasil contemporâneo. In: SILVA, Maria Líduína de Oliveira (Org.) **Serviço Social no Brasil: história de resistências e rupturas com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas: Papel Social, 2013.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Revista Serviço Social& Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 430-455, set/dez. 2016.

CISNE, Mirla; CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira; ARAÚJO, Luciene. “Renovação” do Serviço Social brasileiro: um continuum à

ofensiva conservadora. **Revista Libertas**. Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 307-327, jul. / dez. 2020.

CUNHA, Angely Dias; NUNES, Ariadna. Aspectos do conservadismo higienista no Serviço Social Clínico: implicações para o projeto ético-político profissional. In: **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 328-350, jul./dez. 2020.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e Caribe**: conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais. Campinas: Papel Social, 2019.

GUERRA, Yolanda. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais. In: HORST, Claudio H. M; ANACLETO, Talita Freire M; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.) **A dimensão técnico-operativa no trabalho de Assistentes Sociais**. Belo Horizonte: CRESS, 2023.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. 2ª ed. 49ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORST, Claudio; ARAÚJO, Erica Aline Aparecida de; COSTA, Elieste Aparecida. Requisições indevidas no trabalho de assistentes sociais na política de assistência social em Minas Gerais. In **Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social**, Vitória-ES, 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25 ed. – São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos Santos. Introdução. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos (Orgs.). **A história pelo avesso**: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

IASI, Mauro. **Política, Estado e Ideologia**: na trama conjuntural. São Paulo: ICP, 2017.

LEITE, Janete Luzia. **Pontos de partida e horizontes de espera**: A conjuntura brasileira após o golpe de 2016. In: MONTAÑO, Carlos; LEITE, Janete Luzia; GUERRA, Yolanda (Orgs.). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2018, p. 21-42. (Coleção Carlos Nelson Coutinho, v. 5)

LEWGOY, Alzira Maria Batista; SOUZA, Moema Amélia Serpa Lopes de. Fundamentos, formação e trabalho profissional: tendências e perspectiva da produção do conhecimento do Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda [et al]. **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018, p. 175-216.

LOPES, Josefa Batista. 50 anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. V. 20, nº 1, p. 237-252. Jan-jun. 2016.

MACHADO, Graziela Scheffer; CLOSS, Thaisa; ZACARIAS, Inez Rocha. Reconceituação Latino-Americana do Serviço Social: as ideias cepalinas e da teoria dependência. In: **Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**: civilização ou barbárie; futuro da humanidade, centenário de Luxemburgo, uma rosa vermelha para a democratização socialista, de 20 a 23 de agosto de 2019, São Luís, MA – São Luís: UFMA, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2019.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura Brasileira (1964 – 1985)**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **“Método BH”**: O embrião da virada do Serviço Social. Boletim online Conexão Geraes. Ano 4. N. 14, abr/mai/jun de 2019. Belo Horizonte: CRESS MG, 2019.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. A conjuntura de uma pandemia e o que ainda está por vir: impactos e estratégias possíveis. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros-MG. V. 4. N. 2, jul./dez de 2020, p. 236-260.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

SÁ, Jeanete L. Martins. **Conhecimento e Currículo em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2018, p. 25-65.

SADER, Emir. **A transição no Brasil**: da ditadura à democracia? 9ª ed. São Paulo: Atual, 1990. (Séria História Viva)

SANTOS, Josiane Soares. O enfrentamento conservador da “questão social” e os desafios para o Serviço Social no Brasil. **Revista Serviço Social& Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 484-496, set/dez. 2019

SILVA, José Fernando Siqueira. O debate crítico do Serviço Social na América Latina: gênese e desenvolvimento no Brasil. In: SOUZA, Edvânia A; SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Orgs.). **Trabalho, Questão Social e Serviço Social**: a autofagia do capital. São Paulo: Cortez, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda [*et al*]. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.